

ACTA NÚMERO 12
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007

Aos 29 dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, reuniu, pelas 14.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Ricardo Martins, senhor João Sardoeira e o senhor Avelino Ferreira Torres, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercília Gonçalves da Costa, Pedro Cunha, Abel Coelho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Alcino Carvalho, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olivia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, José da Silva Lima, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebaíña, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Manuel Cândido Mendes Costa, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Quintela Castelo Branco, Armindo Rui Monteiro Barbosa, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, Luís Miguel Magalhães Ribeiro, António Alcino Norte Simões, Sérgio Lima da Cunha, Carlos António Carvalho, Manuel António Carvalho Nogueira, Manuel Costa Azevedo, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ABOADELA – João Pinheiro
BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro

CARVALHO DE REI – Ilidio Pinto
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – Joaquim Sousa e Castro substituído por Sandra Castro
Fraga
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
Lomba – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Mendes Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Pereira
OLIVEIRA - José Leite Vieira
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

TOMADAS DE POSSE

Tomou posse nesta sessão o senhor Aristides Miranda do Grupo Municipal AFT.

Justificaram as faltas em devido tempo os senhores:

Lino Manuel Santos Macedo, Presidente da Junta de Atáide e os senhores Pedro Simão Mota Marinho, Acácio Magalhães e António Teixeira Mendes.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência que se encontra em pasta própria arquivada no processo desta sessão da Assembleia Municipal.

Deram entretanto entrada na mesa três requerimentos que se dão por transcritos, estando anexos a esta acta e aos quais foi dado o respectivo encaminhamento.

O primeiro requerimento que diz respeito á “elaboração anual – até ao fim do mês de Março do ano subsequente àquele a que se refere – o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição”. Este requerimento foi encaminhado ao senhor Presidente da Câmara, pelo facto de ter sido

entendimento da mesa que o mesmo, pelo seu teor, não devia ser objecto de qualquer discussão e decisão.

O segundo respeitante ao espólio fotográfico da Foto Arte, foi admitido sendo dito aos seus autores que futuramente será prestada informação aos senhores deputados.

Foi também lida uma recomendação, anexa a esta acta, subscrita pelo Grupo Municipal AFT, respeitante à não classificação de nenhuma praia fluvial. Foi a mesma encaminhada para o senhor Presidente da Câmara.

De seguida foi também lida uma proposta, subscrita pelo senhor deputado Municipal Dr. Emanuel Queirós, que se dá por transcrita e está também anexa a esta acta, proposta essa relativa a um voto de louvor aos 75 anos do Colégio de S. Gonçalo. Ninguém se inscreveu para usar da palavra, tendo apenas o senhor Dr. Abel Coelho dito que entendia que a proposta devia ser um voto de reconhecimento/louvor, sendo a mesma de imediato posta à votação, tendo sido aprovado por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente da assembleia deu a conhecer uma outra proposta do senhor Dr. Emanuel Queirós e do senhor Dr. Macedo Teixeira. Referiu entender que existia uma deficiência, uma vez que um dos autores até nem está presente. Assim, parece-lhe que o documento nem sequer pode ser subscrito pelo Dr. Macedo Teixeira.

Usou então da palavra o senhor DR. EMANUEL QUEIRÓS, que disse que a proposta é subscrita por ambos. O Dr. Macedo Teixeira não veio por razões óbvias, mas tem da sua parte autorização para defender sozinho a proposta.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado Dr. Pedro Cunha, que disse que não estando presente o DR. MACEDO TEIXEIRA, nem o documento assinado por ele, devia de imediato ser retirado da discussão.

Por sua vez, o Dr. Emanuel Queirós, usou de novo a palavra solicitando a retirada da proposta, porque reconhece que, efectivamente, há um erro.

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra os senhores:

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, começou por saudar o público presente. É bom que esteja público sempre presente porque isso dignifica a Assembleia.

Seguidamente apresentou condolências ao senhor engenheiro Luís Ramos, pelo falecimento do pai. De seguida fez uma intervenção que se encontra anexa a esta acta, com o seguinte título "Ruído no Bar Dali no Clube Residencial da Madalena".

DR. NORTE SIMÕES – BE

O senhor deputado fez neste período da Assembleia Municipal a intervenção que se encontra em anexo a esta acta, intervenção essa relacionada com questões ambientais, o papel das autarquias no processo ambiental. Deu também ênfase à forma como "definir uma política

energética local”, interligando-a com os novos edifícios e a reabilitação urbana, com a iluminação e sinalização pública mais eficiente, com a criação de uma rede de transportes colectivos de passageiros que permita e facilite a marcha a pé.

Terminou a intervenção referindo “outras medidas”, como seja o aproveitamento energético do bio gás em ETAR e aterros sanitários, a readaptação das viaturas da recolha de RSU para que sejam movidas a bio gás, a reorganização dos serviços municipais para escalas de proximidade, reduzindo a necessidade de mobilidade motorizada e por fim criar condições para facilitar o uso da bicicleta.

SR. MARCO CARNEIRO - PS

No uso da palavra pediu ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse os factos relativos a todo o protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e a Movijovem relativamente à Casa da Juventude. Em que ponto está toda esta situação?

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que o ultimo dia de aulas em Gatão, culminou com a comunicação aos encarregados de educação de que estava previsto o encerramento da escola. Todos ficaram incrédulos. Fizeram-se na altura várias perguntas que ficaram sem resposta. Perguntou então ao senhor Presidente da Câmara: A Câmara sabia que a escola da Boavista em Gatão ia encerrar?

Quando é que tomou conhecimento desta possibilidade? Que diligências é que foram realizadas junto dos professores, da Junta de Freguesia e dos representantes dos encarregados de educação para aferir da viabilidade do encerramento de uma das escolas? Foi enviada alguma informação à DREN? Quais os critérios que conduziram à decisão do encerramento da Escola da Boavista em Gatão?

Terminou a sua intervenção dizendo que estavam na sala alguns representantes dos encarregados de educação que pretendem obter as respostas às questões anteriormente colocadas.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que se congratulava com o facto de haver público na sala. É bom para a Assembleia.

Soube pelos jornais que o senhor Presidente da Câmara prometeu para Amarante o ensino universitário para séniores. É evidente que toda e qualquer iniciativa que implique a dinamização da economia e cultura do município é por eles apoiada vivamente, desde que os critérios legais sejam cumpridos. Esperam porém, que o senhor Presidente da Câmara ponha o mesmo empenho no ensino universitário para jovens. Além disso deve trabalhar seriamente com vista à instalação em Amarante do ensino politécnico que tão necessário é. Espera que o senhor Presidente da Câmara anuncie a curto prazo os resultados do seu esforço.

Continuou a sua intervenção dizendo que tem sido contactada por pessoas que lhe dizem que determinados casos, e dão exemplos de

situações, conduzem à violação do PDM e de outras normas do direito urbanístico. Dizem-lhe que nalguns casos foram autorizadas construções em RAN e em espaço natural. Há obras embargadas que prosseguem sem serem reembargadas por quem tem competência para o fazer. Dizem-lhe também que em lotes com alvará para a construção de moradias foram construídos blocos de apartamentos. Dadas as funções que exercem, não podem ignorar estas informações que não sabem se são ou não verdadeiras. É importante que hajam informações e esclarecimentos com vista a verificar-se se há ou não violação das normas legais. Têm feito alguns esforços que não tem tido resultados. Querem proceder a uma análise desses processos e espera que da parte dos serviços camarários lhes sejam prestados todos os esclarecimentos de modo que não haja obstáculos à execução do papel que desempenham na assembleia. Se averiguarem que as informações que lhes foram dadas não corresponderem à verdade, não hesitarão em divulgar as conclusões que tiraram publicamente. Do mesmo modo se averiguarem que as informações são verdadeiras e que violam as normas legais, nomeadamente o PDM, obviamente que não hesitarão em agir em conformidade. Acredita que haverá toda a colaboração por parte da Câmara com vista ao esclarecimento destes casos. É uma questão de interesse público.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que se associava ao Engenheiro Sampaio nas condolências prestadas ao senhor Engenheiro Luís Ramos pelo falecimento do pai, não por ele ser Vereador, que neste momento até já não o é, mas pelo facto do senhor Ramos ter sido um funcionário da Câmara, com quem em tempos teve o prazer de conviver.

De seguida referiu-se à intervenção da senhora deputada Dra. Eugénia Moura, dizendo-lhe que aquilo que ela diz é incorrecto, porque lança suspeições e só depois pede esclarecimentos para ver se as suspeições são ou não verdadeiras. Isto não é sério e como tal até nem vai comentar mais nada daquilo que ela disse.

Fez de seguida uma intervenção, que se encontra anexa a esta acta, onde comenta o momento político que hoje se vive em Amarante.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que em primeiro lugar o que o traz à tribuna é comunicar que eles enquanto pessoas e seres humanos sentem o pesar que atingiu a família do engenheiro Luís Ramos. Mas também sentem que a assembleia hoje está representada ao seu mais alto nível, na medida em que o executivo está implantado em toda a sua plena extensão. Por isso saúdam a presença dos senhores vereadores Avelino Torres e João Sardoeira que seguramente com o seu contributo vão dar uma mais valia às decisões que o município tanto espera daqueles que elegeu. Por isso não há nem crise nem risco. Que a democracia se cumpra com os eleitos locais. A grande diferença está em saber usar a democracia e representar os Amarantinos com a mesma distinção de quem tem a maioria absoluta ou a maioria relativa. É isto

que faz a grande diferença neste concelho. É a cultura de um poder monocromático de um poder partidocrático, numa câmara onde se sobrepõe o interesse colectivo à cultura do poder pessoal.

Referiu-se de seguida aos votos de louvor aos Bombeiros do nosso concelho, aprovados na assembleia municipal, que teimam em não chegar às corporações. É necessário que elas tenham conhecimento do reconhecimento do quanto admiramos o trabalho por eles desenvolvido.

Prosseguiu a sua intervenção falando dos cheiros da nossa ETAR que continuam dia a dia. A justificação que continuamos a ouvir é a do aumento da população. Mas o que vai então acontecer quando chegarem os emigrantes.

Referiu também o mau estado da estrada de Amarante a Aboim. O acesso à Fonte do Mel está também em péssimo estado. Vão começar os incêndios e nada se resolve.

Terminou a intervenção dizendo que ia falar de um assunto que não lhe sendo muito agradável, tinha a obrigação de o dar a conhecer. Aquando do encerramento da Escola de Artes e Ofícios, os alunos passaram para a Escola de Vitivinicultura. Até hoje não lhes foi passado o diploma. Perguntou então o que se passava, até porque a Câmara faz parte do Conselho de Administração. Saudou também o senhor Engenheiro Van Zeller que regressou depois de um período em que esteve doente.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que da sua parte o tempo de oposição estaria terminado. Com esta marcha lenta o PSD levará de novo o PS à Câmara. O PSD terá de se mexer. Fica contente com a forma como a Câmara se continua a interessar pela vida interna do PSD. Quanto à convenção autárquica, disse que a Câmara devia ter-se feito representar para ouvir algumas das intervenções que aí foram proferidas. O PSD tem estratégias. Não anda à procura delas.

Os Vereadores do PSD pensam pela própria cabeça. Noutros sítios tem acontecido demissões. Só que em Amarante foram eleitos democraticamente e como tal não o podem fazer.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o PS está muito mais à frente que o PSD, quer em ideias quer em objectivos, concordem-se ou não com eles. O PSD tem de provar a mensagem que está a fazer passar. Duvidam e questionam aquilo que não é questionável. A exemplo de um passado recente estão de novo a embarcar nas políticas propostas pelos AFT.

SR. JOSÉ DA SILVA LIMA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que “não viria à tribuna manifestar os pêsames à família do senhor Alexandre Ramos não porque não tivesse por ele a maior consideração e amizade, porque para além do mais foi meu colega de trabalho e era pessoa que respeitou, mas porque

me revi no voto do senhor Engenheiro Sampaio e corroborado pelo senhor Dr. Abel coelho.

Contudo, ao ouvir o Dr. Abel Coelho a invocar a função que o senhor Ramos cumpriu nesta autarquia também e porque foi meu colega estimado e recentemente faleceu, não posso deixar de manifestar á família do senhor Novais de Sousa as mais sentidas condolências e tenho a certeza que o Dr. Abel ao não o referir foi com certeza por desconhecimento da sua morte. Fazendo esta Justiça, fico de consciência tranquila”.

Fez de seguida referência ao Anuário Financeiro das Autarquias de 2005 e aos valores aí incertos. Deu a conhecer que 48 municípios portugueses estão em situação de ruptura e 236 não tem sequer liquidez financeira para pagar as dívidas contraídas. Disse que tal acontecia devido ao espirito aventureirista de muitos e à irresponsabilidade de muitas autarquias. Disse também que “Amarante, a nossa terra, num restrito grupo de 5 Câmaras, é da que paga em menos tempo aos fornecedores”.

A intervenção do senhor deputado encontra-se anexa a esta acta.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente começou por falar na baixeza de carácter de uma deputada do grupo AFT. Acusa a Câmara e não sabe de quê. O que ela quer é que lá fora se acuse a Câmara de corrupção. Devia era demitir-se do cargo que ocupa. É uma senhora licenciada e como tal devia ser mais responsável.

Elogiou de seguida o Dr. Emanuel Queirós a quem disse que nunca confundiu o partido com a Câmara. Disse também ao Dr. Abel que afinal hoje estamos com uma oposição responsável. A oposição irresponsável está efectivamente presente. Basta que toda a oposição esteja presente para que todo o PSD esteja bem representado. Respondeu de seguida às questões colocadas pelos senhores deputados.

Ao senhor deputado Engenheiro Alberto Sampaio disse em relação ao Bar Dali, há efectivamente duas situações distintas. Uma diz respeito ao valor exterior. Outra ao valor interior. O barulho interior pode de algum modo ter a ver com a responsabilidade da fiscalização da Câmara. Quanto ao exterior o seu controlo tem a ver com a fiscalização que deverá ser feita pela GNR.

Disse-lhe que recentemente foi feito um teste de ruído e os valores estavam dentro do normal. Dizem-lhe que no exterior há efectivamente muito barulho, mas aí a responsabilidade não é da Câmara. O horário está de acordo com a lei e foi atribuído até às 2 horas da manhã. Os processos de contra-ordenação estão a decorrer e vão ter decisão. Existe também um abaixo assinado onde se diz que está tudo bem. Aliás esse bar já foi condenado 2 ou 3 vezes pelos mesmos actos.

Seguidamente disse ao Dr. Norte Simões que as políticas de defesa do ambiente têm a ver com as pessoas. Deve andar-se mais a pé e deixar o carro.

Quanto ao aproveitamento do biogás, disse-lhe que o tamanho do aterro sanitário e das ETARs não justificam o investimento. Por outro lado sabe-se que o biogás é mais poluente que o CO2.

Quanto à Casa da Juventude começou por explicar todo o processo negocial entre a Câmara e a Movijovem. Disse também que esperava que o PSD soubesse, o que era a Movijovem, uma vez que coloca tantas questões relativamente a essa entidade. É uma Cooperativa que não tem fins lucrativos, tutelada pela Secretaria de Estado da Juventude. No protocolo é dito que é uma entidade que não tem receitas próprias. A marca é deles e como tal, tem todas as condições para poderem cativar a Juventude a ocupar os 50 quartos existentes. Não havendo receitas, a Câmara aguentará os prejuízos. Havendo lucros, a Câmara beneficiará de 30% desses lucros. As tabelas de preços são da autoria da Movijovem, tabelas essas com valores mais baixos que os dos hotéis, sendo que a ideia também é essa. No protocolo tudo está claro. Logo que o teve em seu poder trouxe-o à reunião de Câmara, deu-o a conhecer e na altura da votação o PSD votou contra. O AFT, a reboque fez o mesmo. Leu de seguida uma carta que dirigiu à Movijovem, assim como partes da carta que entretanto recebeu da Movijovem, onde se dava conta das condições impostas pela Movijovem. Se o protocolo tivesse passado, com as condições da Movijovem, hoje responderia às questões levantadas pela Movijovem. Podia tê-lo feito aprovar quando alguém da oposição faltasse. Não o fez nem o faria porque isso era desrespeitar os órgãos. Agora vai esperar o tempo que for preciso, aguarda entretanto que apareça uma proposta do PSD. Se tal não vier a acontecer, vai ocupar o espaço da melhor maneira. Agora o PSD não pode atirar a pedra e esconder a mão. Se tivessem sido responsáveis, tinham aprovado o protocolo na generalidade e então depois propunham alterações na especialidade, alterando-se aquilo que se entendesse por conveniente.

Disse seguidamente à Dra. Amélia Oliveira, relativamente à escola, que não é responsável pelo encerramento da escola, e tão pouco pelas decisões do Ministério da Educação. A Câmara conserva as escolas, transporta os meninos e põe a funcionar as cantinas. Neste momento até concorda com a política do governo na rentabilização dos recursos, governo esse, não esqueçamos, eleito legitimamente. A senhora deputada deve constituir uma comissão de pais e ir à DREN colocar todas as questões. Ela até sabe que a política do governo é encerrar todas as escolas com menos de 20 alunos. Em Gatão, uma das escolas tem 23 alunos, outra 21. Sabe também que em Gatão, vão entrar no próximo ano lectivo apenas 4 alunos para a 1ª classe. Também sabe que há casos em que se duplicavam matriculas para justificar um determinado número de alunos que garantissem a abertura das escolas.

A Câmara deve preocupar-se com o bem estar dos alunos e a sua integração. É melhor interagir havendo 40 alunos juntos do 20 em cada sala. Se a Dra. Amélia provar o contrário, é o primeiro a ir para a frente da barricada. O PSD que altere a carta educativa e que diga que quer as duas escolas em Gatão. Gostava de saber como é que nessa altura reagiriam os pais.

Quanto às questões dos licenciamentos, referiu-se aos 3 casos em que foram pedidos esclarecimentos. A obra do Adão Carvalho Pinto, as obras no Hotel da Calçada e as obras da Metalocardoso. Nada está construído em reserva ecológica, nem em terreno de reserva nacional. Na devida altura, o BE foi uma oposição responsável, sabendo que em reserva agrícola é possível construir desde que seja feita uma

desafecção de acordo com a lei. As obras da Calçada, estão licenciadas e já foram dadas as explicações noutras sessões da Assembleia. A obra do Adão Carvalho Pinto, estava licenciada, embora sabendo-se que neste momento tem construção a mais do que aquela que estava prevista. Há para este caso duas soluções: ou se resolve o assunto licenciando-se as alterações ou então notifica-se o proprietário para a sua demolição.

SR. ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que queria pedir um esclarecimento à mesa da Assembleia. O senhor Presidente da Câmara afirmou que não havia seriedade das pessoas no que diz respeito às matriculas na escola. Não é possível fazer duas matriculas em duas escolas ao mesmo tempo. Se o senhor Presidente acha que isso acontece deve esclarecer a Assembleia. Disse também que em Amarante continuam a protelar-se as situações e é por isso que Amarante continua a regredir.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

Usando a figura de defesa da honra, a senhora deputada começou por dizer que nunca teria feito as acusações que fez se não tivesse provas. Fez as suas pesquisas e apenas disse aquilo que constantemente se ouve dizer pelos cafés. Entende que o senhor Presidente lhe devia ter dito que ela tinha as portas abertas para o seu total esclarecimento. Por outro lado, qualquer Presidente da Câmara terá de ouvir as criticas, venham elas de onde vierem. Foi eleita deputada municipal para dizer a verdade. Uns são tratados com benefícios, outros não. Não entende estes critérios. Gostava era de ser devidamente esclarecida e nada mais.

Terminou a sua intervenção dizendo que não a ofende quem quer, mas apenas quem tem categoria para o fazer. Estudou em Coimbra e no Colégio de S. Gonçalo. Quanto á baixeza de character, devolve o epíteto a quem o proferiu.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra começou por dizer ao senhor Presidente da Câmara que ele embora sendo um homem bem formado porque estudou numa instituição católica e na Universidade de Coimbra, uma universidade de referência, onde aprendeu a ser sério e honesto, aliás, atributos que parece ninguém porá em causa devia também ter aprendido que as verdades são para ser ditas e que as inverdades quando ditas por vezes doem demasiado. Disse-lhe também que pertencia ao grupo Municipal do PSD e nada tem a ver com o grupo municipal do AFT. O senhor Presidente da Câmara não vai conseguir mexer com eles o suficiente para os pôr a pensar como ele pensa. Têm a sua própria capacidade para pensar, e pensarão sempre com o Presidente da Câmara se estiverem de acordo com ele, ou ao contrário se estiverem em desacordo.

Continuou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente da Câmara veio vender uma coisa chamada Movijovem, mas não disse tudo. Não disse por exemplo que a Movijovem lhe escreveu dizendo "uma vez

tratando-se de um equipamento de pequenas dimensões, com reduzido nº de camas, onde dificilmente se obterá uma taxa de ocupação capaz de o rentabilizar". Quem calculou isto? Quem fez isto mal feito? Quem é que fez um investimento que não é rentável nem vai ser rentável. Mas o senhor Presidente devia ter também dito o resto, incluindo o facto de ter querido impingir um protocolo aos senhores vereadores, onde está escrito que "o município de Amarante cederá durante 25 anos as instalações", o "quadro de pessoal será da responsabilidade da Movijovem". Na Clausula número 5 é dito "compete ao município de Amarante... indemnizar os trabalhadores da Movijovem que venham a ficar no desemprego". Se assim for, contratando a Movijovem um funcionário já com 30 anos de descontos e o despedir ao fim de 5 anos, esse trabalhador receberá um indemnização altíssima paga pela Câmara. Está também escrito na clausula nº 6 que a Câmara pagará anualmente uma prestação pecuniária sob a forma de subsidio cujo valor será afixado anualmente. Para os primeiros 18 meses de vigência do Protocolo, calcula-se desde já que esse valor será de 75.000€ correspondentes à soma do resultado negativo esperado já em 2007/2008. A Câmara tem de pagar logo à cabeça 75.000€ para que a Movijovem comece a explorar o edifício. Por estes valores não haverá nenhum particular interessado neste negócio? Apura-se a diferença entre o resultado negativo esperado e o negativo real, o que quer dizer que à partida já toda a gente assume que haverá prejuízo. Mais: a Câmara fica obrigada a pagar água, luz e gás, mais o subsidio anual que terá sempre de pagar. Se isto não é um contrato de luxo para a Movijovem, não sabe o que lhe há-de chamar.

Independentemente da Movijovem estar ou não na Secretaria de Estado, não é isso que fará com que muita juventude venha para Amarante. Mesmo que venham não gastarão muito dinheiro. Isto é uma unidade que não terá qualquer futuro. É uma unidade mal calculada por responsabilidade da Câmara, e que ainda por cima vai ser subsidiada pela Câmara.

Continuou a sua intervenção dizendo ao senhor Presidente que houve em tempos uma estrutura que quis vir para Amarante, tendo nessa altura feito uma proposta do mesmo género, que era uma escola superior. O senhor Presidente recusou, alegando que não sustentava entidades que tivessem desempenho negativo. Agora, afinal está disposto a pagar esses desempenhos negativos.

Terminou a sua intervenção dando os parabéns ao Dr. Abel Coelho, pelo facto de ele falar muito bem, mas esquecendo-se de dizer que apesar dos resultados eleitorais terem sido catastróficos para o PSD não foram muito melhores para o PS. O PS, pela primeira vez, desde que está na Câmara não está em maioria absoluta e ainda não aprendeu a viver com essa realidade. Ainda não aprendeu que há 4 pessoas que também votam, que não estão engajadas no PS. O PS terá de ter projectos bem elaborados e bem arquitectados, se quiserem ter o apoio do PSD. Há também uma outra coisa que o PS tem de perceber, que é o facto de neste momento os amarantinos já estarem fartos do PS na Câmara.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Usando a figura de defesa da honra, o senhor deputado disse que o senhor Presidente da Câmara quando fala, fala grosso, fala de uma forma despropositada e num contexto em que devia trazer para a Assembleia uma postura de respeito, uma postura de diplomata, uma postura de representação, digamos com dignidade não só para com aqueles que ele julga que defende, mas para todos os amarantinos que são presididos por ele. E somos todos. Isto fica mal à Câmara Municipal usar da prerrogativa que tem de vir prestar esclarecimentos e responder às questões que os eleitos locais têm para fazer no competente dever de fiscalização e acompanhamento às actividades da Câmara, usando de uma coisa que as pessoas de Gatão hoje presentes não conheciam, que é o facto do senhor Presidente da Câmara quando lhe faltam os argumentos insultar as pessoas, chamando-lhes de baixo carácter. Os deputados não estão aqui para insultar ninguém. Isto não é a primeira vez que acontece e as pessoas de Gatão podem dizer na freguesia que isto acontece sempre que faltam os argumentos ao senhor Presidente da Câmara.

Numa Assembleia Municipal passada, do mandato anterior, o senhor Vieira Pinto por ter sido ofendido na sua honra pelo senhor Presidente da Câmara, apresentou a sua demissão da Assembleia Municipal. Isto é necessário que se diga, porque é necessário que o senhor Presidente da Câmara se apresente com respeito e com a honorabilidade que o cargo merece.

Terminou a sua intervenção agradecendo ao senhor Presidente da Câmara o facto dele o ter alertado para o inusitado lapso que veio das suas palavras. Agora, o que o senhor Presidente não se livra é de lhe ter elogiado o lapso, se é que o cometeu. Se realmente o cometeu admite-o Aquilo que disse é o contrário daquilo que queria dizer.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por referir-se à postura teatral e melodramática usada pelos senhores deputados do Movimento AFT. Até a voz da Dra. Eugénia é uma voz de teatro. Perguntou-lhe quando é que ela se dirigiu à Câmara e não obteve resposta às questões que colocava. Só se o fizer a fora de horas. A senhora deputada não pode ofender o senhor Presidente da Câmara da forma como o fez.

Por sua vez a Dra. Eugénia de Moura usou de novo a palavra para dizer que o último requerimento enviado à Câmara data de 15 de Maio e até hoje não obteve resposta. A lei obriga-o a ser mais rápido.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que não é indiferente ser oposição mas ser maioria absoluta ou relativa. Quando foi Vereador, no triénio 82/85, o PSD era uma boa oposição. A dada altura o PSD esfrangalhou-se e queria fazer aqui ou ali alguns acordos com o PS que este não aceitou. Mesmo assim tudo ia funcionando. Os jogos partidários fazem parte da política. Neste momento o PSD deixou de ter lucidez política e depois aparecem lapsos iguais ao do Dr. Abel Afonso, porque

aquilo que ele disse parece-lhe um lapso. Nunca imaginou que o PSD chegasse a esta situação.

DRA. AMELIA OLIVEIRA – PSD

Usando a figura de defesa da honra, a senhora deputada começou por dizer que o senhor Presidente da Câmara continua a tratar o PSD da mesma forma que o faziam quando era maioria. O senhor Presidente continua a ter atitudes de letargia para com a escola. Qualquer dia alguém manda fechar os Paços do Concelho. Ainda hoje não se sabe qual das escolas vai fechar. As escolas de Gatão tiveram sempre mais que vinte alunos. No terceiro ano há pelo menos duas crianças com necessidades especiais. Nenhuma escola que tenha casos destes não poderá ter mais de vinte alunos. Nenhum aluno da escola da Boavista vai almoçar à escola do Assento. Se isso vier a acontecer a cantina reventará pelas costuras porque o espaço é muito pequeno.

Existe ali também um tanque que torna o local perigoso. Os pais até poderão aceitar a troca, mas se já houvesse neste momento uma outra escola construída. Até este momento, nem a Câmara nem a Junta de Freguesia deram qualquer resposta aos pais.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que os pais muitas vezes inscrevem os filhos em 2 escolas para depois escolherem a que mais lhe interessar.

Disse depois ao Dr. Pedro Cunha, que discutir agora o edifício do Ribeirinho é tentar tapar o sol com a peneira. Hoje deve discutir-se qual o fim a dar ao espaço e nada mais do que isso. Quanto à Movijovem, disse-lhe que foi uma estrutura criada pelo Governo PSD que funciona bem. Mesmo havendo prejuízos tem de ter-se em conta os lucros sociais. Conseguem-se lucros com programas de férias caríssimos e com turismo de luxo. A ideia não é essa. O que está previsto no protocolo é a previsão de um prejuízo, que será participado em diversas tranches. É evidente que é preciso adiantar o valor da quota anual. A Movijovem à partida não lucra com a exploração do espaço. A Câmara não quer impingir nada a ninguém. A ideia é por o espaço a funcionar. Se a oposição for responsável que apresente de imediato soluções melhores que aquela que está agora em discussão. Quanto às indemnizações de pessoal, se as houver serão para aqueles trabalhadores contratados a partir da data que iniciam funções na Movijovem e não tendo em conta todo o passado laboral. Não se devem lançar confusões acerca das contratações. Quanto aos lucros a Câmara receberá 90% desses lucros se os houver.

De seguida disse ao Dr. Emanuel Queirós que é diplomata e que tem coluna vertebral. Comportamentos como os da senhora deputada são inqualificáveis. Levanta suspeitas e não faz prova dessas mesmas suspeitas.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que não pôs em causa a seriedade nem a honorabilidade do senhor Presidente da Câmara. Pôs sim em causa a sua teimosia em aceitar os factos. Na altura que o edifício foi comprado, no tempo da Presidência do Dr. Amadeu, os fundos do prédio não estavam à venda. Não adianta agora atira as culpas para quem não as tem.

Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato para o Período da Ordem do Dia, pelo facto de não haver nenhum presente que se tenha inscrito para usar da palavra no período destinado às intervenções do público.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DE 28 DE ABRIL DE 2007

Usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, referindo-se à acta e á sua intervenção inserta na página 3, disse que era feita uma referência a um anexo à acta que não consta.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que iria basear-se na gravação que possuía da sessão de 20/04/07. Fez um confronto entre o que consta na gravação e o texto que consta na acta e verificou que abundam incorrecções, as ideias estão mal expressas e sobretudo são atribuídas afirmações a vários intervenientes que não foram proferidas na Assembleia. Uma coisa é falar na tribuna e outra é ouvir a gravação e ir acompanhando o relato escrito.

A título de exemplo indica-se o seguinte:

Na página 10 consta que foi por ela dito que “é grave a publicação da acta na Internet uma vez que existem intervenções que não se entendem”. Na gravação resulta o que efectivamente foi dito. E o que efectivamente foi dito foi que “a divulgação das actas na internet era óptima, mas dadas as incorrecções é lamentável que sejam publicadas dessa forma”. Aliás a expressão que foi utilizada foi a seguinte” Agora resolveram e bem colocar as actas na Internet”.

O outro exemplo tem a ver com a intervenção do Dr. Pedro Cunha, que na página 7 “referindo-se aos médicos utiliza a expressão – arranjar um buraco- isto é falso porque a expressão que está escrita é a expressão – lura. Quem utiliza a expressão lura é o senhor Presidente da Câmara. Na intervenção seguinte, o senhor Presidente da Câmara

reconheceu que ouviu o Dr. Pedro Cunha utilizar a expressão buraco e que para ele buraco ou lura é a mesma coisa. Na acta consta que o senhor Presidente afirmou que quem utilizou a expressão lura foi o Dr. Pedro Cunha.

Entretanto o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a senhor deputada para lhe perguntar se era falso o que disse o senhor Presidente da Câmara ou se é falso o que consta da acta? Pediu-lhe também que sintetizasse quais as incorrecções da Acta.

Proseguiu a senhora deputada, que disse que o que consta na acta é que quem utilizou a expressão lura foi o senhor Dr. Pedro Cunha, o que é falso porque o senhor Dr. Pedro Cunha não disse isso. Esse episódio da lura era irrelevante se não fosse a sua transposição para a acta elevada de falsidades. Na página 22 é transcrita a sua intervenção quanto ao ponto número 5 de uma forma deturpada relativamente ao que afirmou. Não vale a pena estar aqui a dizer o que é que está deturpado. Qualquer pessoa de boa fé lê a sua intervenção, recorda-se daquilo que foi dito e percebe que tudo aquilo está deturpado. Há também deturpações na intervenção do Dr. Emanuel Queirós e de outros elementos da Assembleia Municipal.

Curiosamente, e também para quem estiver de boa-fé a intervenção transposta, a folhas 14 da acta, verifica que a intervenção do senhor Professor Eduardo Pinto, é feita de uma forma totalmente diferente. Tem um português mais cuidado, com frases devidamente pontuadas. Quem lê esta intervenção dirá que este senhor tem ideias claras e expressa-as devidamente ao contrário dos outros intervenientes. Confrontando esta transcrição com o que foi proferido naquela sessão e se encontra gravado, verifica-se que há discrepâncias não tendo sido proferido tudo aquilo que consta no texto da acta. A justificação resultará certamente de um estranho documento que acompanha os documentos anexos e onde consta o texto que veio a ser transcrito. É justo dizer que alguém se aprontou a arranjar o texto que passaria à acta.

Nesta altura, o Dr. Celso, disse-lhe que ela acabava de fazer uma insinuação grave, ao dizer que alguém da mesa, ou que com ela colabora, tenha feito um arranjo do texto do senhor deputado. Se pretendesse continuar a insultar a mesa retirar-lhe-ia a palavra. Não deve dizer isso porque fica-lhe mal, até porque nunca concretiza as divergências existentes entre aquilo que consta da acta e aquilo que na assembleia se passou. Traz um rol de insinuações que pretende fazer passar. Isso não é correcto. Pediu-lhe para concretizar a intervenção.

Por sua vez a senhor deputada continuou com o uso da palavra dizendo-lhe que ele tinha razão, mas perguntou-lhe o que fazia ali aquele documento em anexo.

O Dr. Celso disse-lhe que ela sabe muito que não lhe pode prestar agora esse esclarecimento e está a usar essa pretensão abusivamente. Não é obrigado a ter presente os documentos que estão agora na acta. Depois disso é à Assembleia que compete aprovar ou não o documento.

A Dra. Eugénia continuou a sua intervenção dizendo que uma vez que o senhor Presidente não o consegue esclarecer, não pode ela deixar de passar esta situação em claro. Assim, fica com dúvidas. Se as pessoas lerem a acta percebem que há ali autores diferentes. Há intervenções

que aparecem com alguma coerência e outras cujas intervenções aparecem sem coerência. Compete-lhe denunciar estas situações.

O senhor Presidente da Assembleia usou de novo a palavra dizendo-lhe para ela concluir a sua intervenção ou retirava-lhe a palavra.

A Dra. Eugénia disse-lhe que ele não precisava de fazer isso e retirou-se.

DR. EMANUEL QUEIRÓS -AFT

No uso da palavra começou por dizer que havia uma exacerbar das palavras da Dra. Eugénia Moura. Não estão ali para obstaculizar os trabalhos da Assembleia. Estão-se a criar suspeitas que são eles os responsáveis de estarem a atirar areia para a engrenagem. Isso é uma prerrogativa que cabe ao senhor Presidente da Assembleia. O senhor Presidente não pode, quando as pessoas estão a usar da palavra, tirar as ilações que muito bem entende.

Prosseguiu a sua intervenção, dizendo que sobre a acta, desde o principio que o Movimento, por uma questão de responsabilidade tem o cuidado de analisar as actas globalmente. Não lhes cabe essa função mas têm tido sempre esse cuidado. Aquilo que a Dra. Eugénia Moura referiu sobre o problema das actas e da transcrição dos textos é verdade. Testemunhou com ela a audição. Não há suspeições da Dra. Eugénia relativamente àquilo que foi a sua própria declaração. Não há nenhum propósito congeminado de obstaculizar os trabalhos da Assembleia. As actas pela forma que têm quanto á substância, que é o conteúdo daquilo que os deputados proferem, são uma aberração.

Não aceita ler as suas intervenções nos termos em que elas são transcritas no discurso indirecto. Quem não sabe português não deve escrever, pelo menos nestas circunstâncias. O Presidente da Assembleia deve ser o principal defensor da qualidade dos textos oficiais da Assembleia. Não se revê naquilo que ali está dito.

DR. PEDRO CUNHA - PSD

No uso da palavra disse que efectivamente não falou em lura mas sim em buraco. Quem falou pela primeira em lura foi o senhor Presidente da Câmara. Aparece escrito ao contrário. Em relação ao tal documento que aparece nos anexos, é evidente que a responsabilidade é de quem faz as actas. Aliás, o referido documento não tem nenhuma assinatura de nenhum membro da Assembleia. Ora, obviamente, há diferente tratamento para os documentos que são enviados para anexo. Isto poderá levantar alguma suspeição e por isso gostaria de ouvir a opinião do senhor Presidente da assembleia acerca deste assunto.

PROF. JORGE PINTO - PS

No uso da palavra, o senhor deputado professor Jorge Pinto, disse que o que em concreto se passou, foi o facto do texto da sua intervenção ter sido enviado por mail. O funcionário transcreveu para a acta tal e qual

aquilo que por ele foi dito na sessão da Assembleia. Para melhor comprovar aquilo que por ele foi dito, anexou o texto do mail aos anexos da acta. Não está a perceber o porquê de tanta polémica até por não vê diferença nenhuma entre aquilo que foi dito e aquilo que está escrito.

Como mais nenhum senhor deputado usou da palavra, foi a acta posta de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 2

ABSTENÇÕES – 13

VOTOS A FAVOR – 43

PONTO Nº 2 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

SR. CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra, o senhor deputado começou por fazer um pedido a todos os senhores deputados solicitando-lhes que elevassem os padrões de fazer política em Amarante, atendendo que por vezes a Assembleia Municipal parece tudo menos uma Assembleia Municipal. A culpa é de todos. Fez também um reparo à mesa dizendo-lhes que há tempos de uso da palavra para respeitar e que os critérios de atribuição deviam ser iguais para todos.

Continuou a sua intervenção dizendo que estava feliz porque finalmente ao fim de várias sessões em que participou na Assembleia viu um outro jovem a falar e a questionar acerca da Casa da Juventude.

A Casa da Juventude viu o protocolo apresentado pelo PS, no seu entender ser bem chumbado. O PSD quer ser uma oposição responsável. Por aquilo que entendeu das palavras do Dr. Abel Afonso sobre o fim da oposição responsável, trata-se do fim de uma oposição responsável ao lado do PS, para alguns falhanços políticos, que era o que se preparava para ser este protocolo.

Também fica preocupado por ver que as estruturas partidárias estão cada vez mais preocupadas com a vida interna do PSD. Sugeriu ao Dr. Abel Coelho que continuasse a leitura do artigo sobre a convenção autárquica do PSD porque na última coluna estão no mínimo 3 sugestões a introduzir na política em Amarante.

Não é verdade que a convenção autárquica do PSD tenha sido apenas e só uma batalha. Foi o fluir de muitas opiniões e questões para Amarante.

Continuou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente da Câmara disse que a Movijovem era uma instituição sem fins lucrativos. Se pegarmos no orçamento da Movijovem podemos ver: lucros do cartão jovem – 1 milhão de euros. Lucros das Pousadas da Juventude 600.000 euros. O senhor Presidente leu tudo muito bem até ao ponto nº 1, mas mesmo aí não leu tudo. Não leu que no relatório da Movijovem, está dito que a Casa da Juventude em Amarante é de pequenas dimensões, com reduzido número de camas, onde dificilmente se obterá uma taxa de

ocupação que rentabilize o empreendimento. Certamente que a culpa desta situação não é do PSD, mas sim de quem fez a programação daquele espaço. Passando os olhos pelo Protocolo verifica-se que a Casa da Juventude fica entregue à Movijovem por um período de 25 anos, o que poderá levar a uma indemnização se a Câmara quiser terminar o contrato antes desse período. Na clausula 7ª é referido que a comparticipação que a Câmara anualmente tem de liquidar à Movijovem, com base na cota de exploração previsional. O valor será de 75.000 € para os primeiros 8 meses de vigência, tendo em conta os resultados negativos esperados e o resultado negativo real. É fantástico quando se esperam resultados negativos. Como é que se vai aceitar um protocolo onde logo à partida se diz que são esperados resultados negativos?

Segundo as palavras do senhor Presidente da Câmara cada utente pagará em média 15 € pela estadia, tendo em conta o número de visitantes esperados. Não é bem assim, porque pelas minhas contas, cada utente pagará à volta de 100€. Pegando na estimativa do número de visitantes que a Movijovem diz que vai ter, no dinheiro que a Câmara vai entregar à Movijovem, fazendo a diferença verificamos que vai dar muito mais que os 15€. Aliás a Movijovem diz que o preço a pagar por pessoa vai dos 11 aos 90€, dependendo do tipo de Pousada. A de Amarante é do tipo 1,2 ou 3? Vão ser 11 ou 90 euros? A Movijovem prevê uma receita de 50.000€, despesas de 60.000€ em ordenados, 30.000€ para água, luz e gás. Também não foi dito pelo senhor Presidente que a água, luz e gás será pago pela Câmara.

Perante tudo isto, só resta dizer que o processo foi mal conduzido desde o início, de uma forma eleitoralista. O Protocolo foi bem chumbado, porque não respeita aquilo que se quer para Amarante ou seja é um concelho melhor, evoluído e sobretudo para os amarantinos. Terminou a sua intervenção perguntando ao senhor Presidente da Câmara, o que tenciona fazer para que a Casa da Juventude sirva os Amarantinos?

DR. EDUARDO PINHEIRO - PS

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção do orador anterior dizendo-lhe que efectivamente uma associação sem fins lucrativos não pode ter lucros. Se está escrito no relatório da Movijovem está mal escrito.

O relatório de actividades tem sido criticado por muita gente. Dizem estar sempre mal feito, pouco explicito, com falta de elementos. Leu-o com atenção e não nota isso. O documento é explicito, claro e muito perceptível. Traduz com rigor os números. Basta ver que os serviços municipais relacionados com desporto, cultura e outros tiveram nos meses de Abril e Maio cerca de 36.389 utilizadores. A maioria desses utentes tem a ver com as escolas, logo a maioria são jovens. O museu teve no mesmo período 10.000 visitantes. As piscinas 8.000. O Pavilhão de S. Lázaro que tão criticado foi, teve 5.000 utilizadores. Portanto, o relatório traduz detalhadamente a vida do município. A única crítica construtiva que lhe apraz fazer, talvez por deformação profissional, é o facto de não ver quantificado em termos económicos quanto é que esses números valem. Provavelmente valem mais que os 16 quartos da Pousada da Juventude.

Ao ler o relatório teve também conhecimento de um programa "Ciência Divertida" que teve em dois meses a presença de 233 crianças. É também referida a realização de uma peça de teatro, sob o título "Eu Amadeo vos convido a visitar o meu Museu", da Filandorra, por ocasião do dia internacional dos Museus. Será que isto não é importante para Amarante?

Referia-se seguidamente ao Prémio Amadeo que tanta polémica tem dado e com o qual não se pode brincar. É demasiado importante para Amarante e para a cultura do país. Não se pode por em causa uma realização desta importância. Todas estas críticas fazem lembrar a política do PREC e da terra queimada.

Quando analisados os números do relatório, verifica-se que ali está tudo dito. Os números são claros. Se a Câmara fosse uma empresa para dar lucro, pela análise que se pode fazer dos números podia dizer-se que estava a ser muito mal gerida. Brincando com os números, vê-se que a Câmara tinha em dinheiro casch no fim de Maio um valor de 5 milhões de euros. Se a Câmara tivesse uma política eleitoralista, provavelmente este valor seria de 5.000.000 negativos. Quanto ao ponto crítico da execução, disse que os números são cegos. O grau de execução financeiro é de 31%. Em relação às despesas é apenas de 24%. A parte da execução física está dentro do normal. A poupança corrente que é óptima está na ordem dos 5.000.000 €.

DR. NORTE SIMÕES - BE

No uso da palavra, referindo-se às palavras do Dr. Eduardo Pinheiro, disse que embora ela tenha dito que os números são cegos, vieram trazer alguma luz. Falou bastante em relação à frequência das instalações desportivas, como se esses números cegos fossem tradução de uma realidade. É evidente que os números só por si não dizem que as instalações são boas ou más. As pessoas aproveitam o que têm. E de facto o que têm é mau. O BE já mais de uma vez o disse, relativamente ao Pavilhão e à Costa Grande. É evidente que dizer-se que tantas pessoas as utilizam é óptimo. No que diz respeito ao uso a coisa é bem pior. Há por exemplo associações federadas, que necessitam de treinar e são preteridas, por associações de grupos de amigos que as utilizam em horários nobres.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que no Relatório de Actividades, no ponto nº 2, no que diz respeito ao ensino, é dito que estão a ser ultimados os projectos de restauro da escola de Roçados, o que sé vem confirmar a indisponibilidade para fazer uma escola de raiz, o que na sua opinião é um erro. A actual é limitada no espaço e a sua localização neste momento não é a mais aconselhada. Já é tempo de se avançar para uma escola nova que sirva condignamente a cidade.

Terminou a sua intervenção referindo-se de novo aos números do Dr. Eduardo Pinheiro, a quem disse que a taxa de execução é extremamente baixa ou seja na ordem dos 31,4%. Estes números são a tradução de orçamentos irrealistas.

DRA. EUGÉNIA MOURA - AFT

No uso da palavra disse continuar a ter a mesma posição que tem tido ao longo das anteriores sessões. Mais uma vez o relatório não cumpre as disposições legais. Pelas mesmas razões que já tem apontado no passado, considera que este relatório também não está devidamente fundamentado.

DR. ANTÓNIO JORGE RICARDO - PSD

O senhor deputado, relativamente a este ponto fez a intervenção que se encontra nos anexos desta acta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por afirmar que iria repor uma verdade como tendo sido dita por ele, como inverdade. Referindo-se às palavras do Dr. Eduardo Pinheiro, disse-lhe que não foi ele que disse que o senhor Presidente da Câmara tinha insultado o povo de Gatão, nem daqui se pode tirar a conclusão daquilo que se passou de que quem foi insultado foi o povo de Gatão. Isso não é verdade.

Disse que quem consulta os documentos de gestão pode fazer uma apreciação a duas escalas. Uma escala de análise é a que resulta da actividade da Câmara em concreto de departamento em departamento, de sector em sector. Por essa análise temos de concluir que a Câmara está a trabalhar. É indiscutível. Tem actividade, tem iniciativa e tem realizações.

O que temos a fazer como políticos é uma outra apreciação que é saber o que é que essas iniciativas que se estão desenvolver ou que tenham sido desenvolvidas nos vão trazer para o futuro a todos os níveis da política autárquica, sejam elas o âmbito do planeamento, no âmbito do ordenamento da cidade, dos transportes, da educação e dos meios rurais. E aí que os políticos tem de fazer alguma crítica à Câmara. Da análise do relatório a uma escala macro, não resulta que venha para Amarante um grande futuro. Não se reconhece nos documentos um projecto mobilizador, um projecto agregador, um projecto de desenvolvimento concreto para o município. Aquilo que resulta da análise dos documentos é que a Câmara está em gestão de assuntos correntes. Se fosse uma empresa privada, diríamos que é uma má gestão. Logo sendo pública é também uma má gestão. Ter superavit de realização de obras nesta altura, é demasiado evidente para o município não podendo daqui resultar grandes consequências futuras.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra, referiu que os números apontados pelo Dr. Emanuel Queirós são pura demagogia. Numa empresa privada tanto podia ser uma boa gestão como uma má gestão. Em principio por regra é uma má gestão, porque havendo disponibilidades, elas devem ser

aplicadas em obras, ou depositadas na banca. Na Câmara é a mesma coisa. Se houver disponibilidades, serão aplicadas no pagamento a fornecedores. Se não houver pagamentos a fazer, elas serão aplicadas na banca. Dos 7 milhões, foi pago até Maio aos empreiteiros, um total de 2,5 milhões de euros. Isto é um valor muito grande para obras. Sendo assim, a Câmara não está a fazer má gestão financeira. O dinheiro só está à ordem porque a Câmara tem compromissos e um prazo muito baixo de pagamentos, o que em termos de gestão pública é muito bom, nomeadamente em Amarante, com uma economia deprimida. A Câmara paga quase a pronto. Isto sim é que é uma boa gestão.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor deputado Carlos Carvalho, relativamente à casa da Juventude que os prejuízos nos primeiros 18 meses seriam de contos. Mais do que isso gasta-se nas festas de Junho. O PSD que assuma que em vez de darem pão e circo o apliquem na Casa da Cultura. Disse-lhe também que ele está a aprender da pior maneira como não se deve fazer política. Utiliza constantemente a demagogia, fazendo crer que o interlocutor que o está a ouvir é burro. O artigo que escreveu no jornal é prova disso. Ou então se é verdade o que diz no artigo do jornal, deve dizer a todos que devemos acabar com as festas da cidade. Deve também dizer aos colegas do Porto que acabem com o fogo de artifício na Ponte da Arrábida. Só há elevação na política quando aquilo que nós dizemos tem consequências positivas. O resto é palavreado oco. Não o quer ensinar. Quer apenas dizer-lhe que não aceita que ele julgue que quem o está a ouvir é destituído. Em relação à Casa da Juventude, parece-lhe que a intervenção do senhor Carlos Carvalho foi intempestiva. De qualquer modo se ele já sabia que a Casa da Juventude ia dar prejuízo, que era um mau investimento e que o PSD não tinha ali nenhuma responsabilidade, porque é que em vez de andar sempre a perguntar quando abria, não impediu logo que ela abrisse, dizendo nessa altura que o investimento não era viável? Uma oposição responsável exige isso e não a sua abertura. É evidente que o senhor Carlos Carvalho veio falar porque estava convencido que a Câmara não tinha capacidade para a pôr a funcionar, sempre convencidos que quando isso acontecesse eles não deixariam. Isso é a política da terra queimada. Isso é a política da tal oposição irresponsável que o Dr. Abel Afonso falou. E as perdas? Se em vez de falarmos em lucros, porque não falamos em proveitos? E quais serão então as outras contas?

Continuou a sua intervenção dizendo que neste momento não é sério nem oportuno dizer que tudo aquilo foi mal feito. Neste momento é importante saber se devemos ou não por o edifício a funcionar. Se devemos ou não suportar um custo social. Se o PSD acha que aquilo nunca vai dar lucro, que proponha a venda do imóvel. É uma hipótese.

Referindo-se às palavras do Dr. Eduardo Pinheiro dizendo que como habitualmente o faz, o senhor deputado dissecou bem os números. Há obras a fazer e muitas outras concluídas e prontas a ser pagas. Um dos grandes objectivos do PSD é chumbar as grandes obras. Há também projectos lançados que estão à espera de pareceres. Quando lança as obras tem de ter dinheiro para as pagar. Disse também que as Câmaras

devem investir o dinheiro e não gastá-lo. Fica contente quando consegue fazer obra e pagar atempadamente aos fornecedores. Disse também ao Dr. Simões que não é ele quem trata da ocupação dos espaços desportivos. Se o senhor deputado tiver conhecimento disso denuncie as situações. Mesmo assim vai ver o que se passa. Referiu-se depois à altura do pavilhão, que tantas vezes é falada, referiu que para haver jogos do campeonato nacional de Volei, teria de ter uma altura de 9 metros. Foi proposto que o Pavilhão de Vila Caíz fosse projectado nesse sentido e eis que surge um parecer do director Regional do Desporto a dizer que afinal a altura de 7 metros é suficiente, isto já depois da obra de Vila Caíz estar lançada.

Terminou a sua intervenção, dizendo que, mesmo não havendo valores definidos para os fundos comunitários, fica feliz por saber que tem uma taxa de execução de 50 a 60%.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, pediu alguns esclarecimentos: quando se fala em lucros e perdas, parece-lhe é que os lucros serão a diferença entre as perdas e os ganhos. Como o senhor Presidente falou em perdas, gostava de saber se por acaso sabe quais são os proveitos?

Perguntou também ao senhor Presidente da Câmara se há ou haverá outras entidades interessadas em explorar a Casa da Juventude com sucesso?

Relativamente aos pavilhões, a Câmara tem a obrigação de fazer protocolos de utilização dos espaços desportivos que possui. Só assim consegue uma boa rentabilização dos mesmos, privilegiando as colectividades federadas.

SR. CARLOS CARVALHO - PSD

Usando a figura de defesa da honra, disse que não usou de demagogia na sua intervenção. Demagogo é aquele que acusa outro da sua própria demagogia. No artigo de opinião que escreveu no jornal nunca disse mal das Festas do Junho. O senhor Presidente da Câmara leu mal, ou então leu com os olhos que queria ler.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

Usou da palavra para fazer duas perguntas: Quais os técnicos que adquiriram novas habilitações profissionais e/ou académicas nos 9 que estão indicados para serem reclassificados?

Os técnicos agora indicados para a reclassificação foram todos providos por concurso público?

DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra respondeu ao senhor deputado Norte Simões dizendo-lhe que dos funcionários propostos só um é que adquiriu até esta data habilitações. Aos outros propõe-se-lhe a reclassificação porque estão a desempenhar funções que não fazem parte da carreira inicial, para as quais foram contratados. Foram todos, como é obvio admitidos por concurso público.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que não tinham entendido muito bem a documentação que receberam. Disse que a reclassificação assenta em dois pontos que é preciso ter em conta para que possa ser feita. Leu partes desse pontos. Querem saber quais as razões objectivas ou serviços que necessitam dessas reclassificações. Em boa consciência não entendem se os dois pressupostos estão ou não cumpridos. Preocupa-os a despesa que isso possa acarretar. Sem querer obstaculizar, devem esperar por um estudo que dê uma solução global a toda as questões laborais. Acha que nesta data não podia nem devia ser alterado o quadro de pessoal.

Entretanto o Dr. Norte Simões usou de novo a palavra para se referir à má caligrafia das minutas dos documentos que são provenientes das reuniões de Câmara, porque na maioria das vezes não se conseguem ler. Disse também que não votará contra esta proposta.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 6

VOTOS A FAVOR – 51

A minuta foi também aprovada por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 5ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS/2007

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra disse que a sua intervenção ia no sentido de fazer uma espécie de declaração de voto relativamente a este ponto. Depois de tudo o que foi escrito e dito relativamente ao PSD, diria que o PSD não faz uma oposição destrutiva, nem uma oposição irresponsável e muito menos uma política da terra queimada. O PSD tem um projecto próprio que foi sufragado nas eleições. Neste momento há uma verdade inegável: O PS não tem maioria na Câmara e tem de aceitar isso.

Continuou a sua intervenção dizendo que quando foi Vereador, sempre aceitou as regras do jogo e a maioria das decisões. Hoje continua

a aceitar, mas com uma diferença: quem está do outro lado é o senhor Presidente da Câmara, que terá de aceitar as regras e as decisões que forem sendo tomadas.

Numa das últimas assembleias municipais, relativamente à aquisição de uns terrenos, o PSD reclamou porque tinha razão. Passou-se o mesmo em relação à central de Camionagem. O processo tem vícios, que embora alguns tenham sido corrigidos, não são ainda motivo para o PSD deixar de ter dúvidas. Passa-se o mesmo com a carta educativa. Relativamente à Movijovem há também muitas dúvidas. As alterações propostas para o Prémio Amadeo são pertinentes. O PSD não vota por votar. O PSD, na globalidade, aceita a política que é feita com racionalidade. Agora nada os obriga a votarem sempre ao lado do Partido Socialista.

O PSD tem um projecto próprio que assumiu e que vai procurar levar em frente. Não farão coligação nenhuma, nem com o PS nem com O Movimento AFT, para destruir ou repudiar as outras posições.

Quanto à entrada de um novo Vereador do PSD para o executivo em nada fica alterada a política a que o PSD se propôs. A forma de cada um actuar é que poderá mudar. Amarante está sempre primeiro independentemente do partido que se representa.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra começou por tecer algumas considerações relativamente ao aparecimento desta revisão orçamental, dizendo que ela vinha por exemplo permitir o lançamento de algumas obras importantes como seja o Centro de Canoagem em Fridão e o pavilhão de Vila Caíz. Era preciso dotar o orçamento de verbas para estas duas importantes obras. Questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente ao chumbo da Carta Educativa, perguntando-lhe se essa atitude iria ou não permitir cumprir o grau de execução orçamental que estava previsto.

Em termos globais, o orçamento aumentou 1,6% em relação àquilo que estava inicialmente previsto. O grau de execução situava-se numa verba de 7.000.000 € disponíveis. Se admitirmos que cerca de 60% é para efectuar pagamentos a fornecedores, o grau de execução passa de 30 e tal por cento para cerca de 50%. Se compararmos estes valores com os verificados com os das Câmaras à nossa volta, verificamos que estamos com um bom grau de execução. Esta proposta vem complementar o orçamento que foi em devida altura aprovado e como tal o PS votará a favor.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por lembra que na devida altura o movimento AFT, votou contra o orçamento, apontando as razões objectivas desse sentido de voto. Nesta altura, e relativamente a este ponto, e por forma a não serem acusados de obstaculizar o grau de execução orçamental da Câmara, vão abster-se.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra começou por dizer que embora não sabendo muito de números, consegue perceber que há um empolamento orçamental, e como tal é sempre possível jogar com ele. É sempre possível fazer uma gestão diferente das obras que se pretendem ou deixar alguma por fazer, coisa que certamente o BE não faria se fosse executivo. Como oposição tem a obrigação de alertar para este facto. Não vão entrar é na paranóia das suspeições. Isso que fique bem claro, até porque nunca foi isso que esteve em causa.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara explicou que só se podem inscrever obras se elas tiverem apoios comunitários. Na altura que a actual proposta foi elaborada, haviam obras que ainda não estavam nessa fase, embora estivessem candidatas. Só muito recentemente é que foi aprovada a candidatura do Centro de Estágio de Fridão e do arranjo de parte da Igreja de S. Gonçalo.

Disse também ao senhor deputado Engenheiro Sampaio que ele está numa posição muito ingrata, porque de repente mudou a estratégia.

Agora, há uma coisa que é preciso que fique bem definida: o PSD e o AFT podem apresentar as propostas que muito bem entenderem, mas têm de perceber que quem passa os cheques é ele enquanto for Presidente da Câmara e como tal não passará cheques sem cobertura. O PSD só vai viabilizar a revisão para contentar os senhores Presidentes da Junta de Freguesia, porque sabe que estão em jogo os protocolos. No futuro assumam as responsabilidades e votem também contra o plano e orçamento. Já é tempo de deixarem de vergar a coluna para um lado e para o outro.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

Disse que não se deve ser vertical só quando convém. Se a lei está mal, mude-se a lei, mas quando se está contra deve votar-se contra. A política do PSD não é de maneira nenhuma uma política de terra queimada. Tem uma política própria e vai continuar a executá-la. Se coincidir em alguns pontos com a maioria, será óptimo porque é sinal que estamos todos bem. Se assim não for, o senhor Presidente deve perceber que alguma coisa está mal e tentar corrigir. A clarividência colectiva deve ser levada em conta.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, disse que as razões do PSD já estão justificadas e não tem agora de justificar mais nada. A abstenção será o voto do PSD. O programa do PSD não se vai alterar. Não ganharam as eleições, mas tinham e têm um programa que não será alterado. Desconhece que haja algum movimento que pretenda juntar o PSD seja com quem for. A responsabilidade está sempre inerente e de acordo com os actos que praticam. O PSD não quer fugir às responsabilidades que tem no concelho

de Amarante, quer na Câmara, quer na Assembleia quer nas Juntas de Freguesia. É evidente que o senhor Presidente sabe que não é favorável para o PSD, mas sim para o PS e facto de haver duas listas como aquelas que se formaram em 2005. O PSD não está a fazer coligação com quem quer que seja. É obvio que interessaria ao partido Socialista que a mesma situação que se verificou em 2005 se venha a verificar em 2009. O PSD continuará a respeitar os princípios a que se propôs. Os Vereadores do PSD não são nenhuns mentecaptos Discutem as decisões de acordo com o partido e apuram uma decisão responsável em prol de Amarante. Os Vereadores e deputados municipais do PSD tomarão as suas decisões sempre em prol de Amarante.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por dizer que em relação às palavras do senhor Presidente da Câmara, concorda em certa medida com ele, quando ele diz que é preciso que haja responsabilidade. Pensa que os eleitos locais são pessoas responsáveis estejam eles em que partido estiverem, porque a grande responsabilidade é a causa que os traz à assembleia municipal. Ninguém está na assembleia para promover o confronto pessoal. Ninguém está na Assembleia para achincalhar ninguém nem para denegrir seja quem for. A grande questão são as imagens que se querem fazer passar para o exterior, muitas vezes por conveniência de um poder autocentrado, concentracionário, autoritário e muitas vezes demasiado violento nas palavras, coisa que o senhor Presidente da Câmara fez precisamente na sua última intervenção. Como amarantino gosta de o ver a ter a postura que teve na resposta e na crítica que fez ao PSD. É essa a postura que um Presidente da Câmara deve ter. Deve ter serenidade, argumentando, mas tomando uma posição de forma diplomática. É assim que se deve estar na política. Deve ser evitada a critica não só de quem está na sala, mas também de quem está lá fora e que votou neles. Essa é a grande responsabilidade cívica e a grande causa pela qual estão na Assembleia .

Não deixa também de relevar das palavras do senhor Presidente da Câmara, um aspecto extraordinariamente importante que até aqui foi passado à comunicação social como sendo areia na engrenagem, obstacularização e entrave ao trabalho do executivo e que afinal acabou por reconhecer que a postura dos elementos do Movimento AFT, no trabalho do Executivo foi responsável. Isso é de sublinhar.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o documento agora apresentado é político. Disse também que em 27 anos que leva de vida autárquica, só foi ofendido uma vez e magoado outra. Não vê aqui agora desrespeito de uns pelos outros. A defesa da honra tem sido utilizada hipocritamente para se continuar a usar da palavra. O PSD como instituição pública que é tem de entender que as pessoas tem o direito de debater publicamente os decisões do PSD, porque isso tem repercussões na gestão amarantina. Isso é que faz o debate político. As

proposta estão plasmadas no plano de actividades. Houve, uma alteração na postura do PSD. Há um desencontro entre as pessoas. Chocou-o há tempos o enxovalho de que o senhor Engenheiro Luís Ramos foi alvo. Nessa altura o PSD nada fez. Mal estará o PS se isso vier a acontecer. No seu entender se o PSD voltar a ser Câmara, vai trazer para o executivo os conflitos internos que há muitos anos vive.

Referiu-se depois às palavras do Dr. Abel Afonso, dizendo-lhe que quem lutou contra o Movimento AFT na campanha eleitoral foi o PS e o BE. O PSD procurou sempre hostilizar o PS e não venham agora dizer que uma recandidatura do Movimento vinha favorecer o PS. O PS não vende os princípios por votos. Jamais trocarão uma vitória assegurada pela aplicação de valores e princípios.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por referir-se às palavras do seu antecessor, dizendo-lhe que no PSD também há princípios e que ele próprio nunca abdicará dos seus ainda que isso lhe custe alguns dissabores. Disse-lhe também que o PSD tem no Executivo e na Assembleia Municipal uma função, que é votarem propostas, e fazerem as propostas que entendam como sendo as mais justas e as mais correctas, dentro daquilo que são os seus limites. Têm de ser honestos com os seus próprios princípios.

Não estão contra nem a favor de ninguém. Estão por eles próprios e acima de tudo por Amarante.

Disse também ao Dr. Abel Coelho que não tem nada a ver com as zangas que o PS tem no seu seio. Quando alguém ofende alguém do PSD não tem o direito de vir para a praça pública atacar um para defender outro. Só ofende quem tem capacidade para ofender. As coisas que dizem respeito ao Partido devem ser discutidas dentro do próprio partido. Explorar o espectro da divisão é uma atitude ridícula da parte do PS. O PS tem de assumir as suas próprias responsabilidades. Quando por exemplo, na discussão do protocolo com a EDP em 1988/89, os vereadores do PS na altura votaram com o PSD unanimemente contra o então Presidente da Câmara, Dr. Macedo Teixeira. Mais tarde, na campanha eleitoral a mensagem que o PS fez passar foi de que o PSD deixou a Câmara sem luz. Nunca nessa altura assumiram as responsabilidades.

Continuou a sua intervenção dizendo que nem os elementos do PSD são nenhuns diabos, nem os do PS são nenhuns anjos. Todos tem defeitos, mas também virtudes. Temos de fazer política e não levar a "pedra no sapato" lá para fora. O senhor Presidente da Câmara não pode nem deve levantar-se quando alguém que ele entende não querer ouvir usa da palavra. Isso não é correcto e leva a que todos comecemos a perder a cabeça e a ter faltas de respeito.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que se levantou propositadamente e fa-lo-á sempre que hajam comportamentos

inadmissíveis. Não se pode transigir em coisas sérias. Há linhas que não ultrapassa e não admite que outros o façam.

Disse também que não estava preocupado com as estratégias do PSD. Agora não as vais ignorar. O PSD tem de dizer á população se vai ou não dar a conhecer o seu programa em separado do AFT. Ou se será comum. Agora, neste momento, há uma mudança radical na estratégia do PSD. Na sua óptica, devia governar quem tivesse o maior número de votos. Neste momento, o PSD tem de apresentar propostas e não obstaculizar o trabalho do executivo.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, disse que o PSD votará sempre em consciência as propostas vindas do PS. Não vai fazer contrapoder. O PS continua a vitimizar-se, mas o PSD tem é de ser coerente com a sua própria postura. A vontade do PSD é abranger todo e qualquer cidadão que queira fazer parte do projecto PSD. Nunca ninguém falou em coligações. Isso é mais uma tentativa do senhor Presidente da Câmara para pressionar as questões, mas não pode, com mais ou menos argumentos, inventar coligações que não existem.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

Referindo-se às palavras do senhor Engenheiro Sampaio, disse-lhe que é feio manter aquela postura, porque todos nós lemos o que veio no Jornal de Amarante e uns dias depois no Jornal de Noticias. Agora, o que o PSD quer fazer passar é que não mudaram de estratégia. Aliás, o Dr. Abel Afonso, disse a esse jornal que depois da questão do Hospital mudaram claramente. Já hoje, e pela segunda vez disse que deixaram de ter uma oposição responsável. Se deixaram de ter uma oposição responsável é porque vão passar a ter uma posição irresponsável. Não há nestas questões meio termo.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto, da qual se apuraram os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0
ABSTENÇÕES – 16
VOTOS A FAVOR – 48

Este ponto foi também aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos, por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À FUNDAÇÃO EÇA DE QUEIRÓS

Usaram da palavra os senhores:

DRA. MARIA JOSE CASTELO BRANCO –PSD

No uso da palavra, começou por referir-se às palavras do senhor Dr. Abel Coelho dizendo-lhe que ao contrário dele andava ali há pouco tempo, mas já ficou sensibilizada porque nunca pensou que os partidos opositores se preocupassem tanto com a vida interna do PSD. Ouviu o Dr. Abel Coelho dizer tantas vezes "jamais" que até o aconselha a ter algum cuidado, uma vez que muito recentemente um membro do governo também disse muitas vezes "jamais", e dias depois teve de trincar a língua.

Seguidamente fez a intervenção que está em anexo.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra começou por referir uma frase de Pascal " todo o homem é meio anjo e meio besta. Resta a ele saber qual das vertentes mais o destaca na sua personalidade. dele somos"

Seguidamente disse que todas as acções que não são possíveis de quantificar levantam sempre suspeitas. As necessidades dos bens intangíveis são inquantificáveis. Hoje somos o global. Não podemos funcionar sós. Não podemos funcionar como uma entidade única. Quando se fala em não aderir a uma Fundação sediada num concelho vizinho, então para que serve e o que é a Comunidade Urbana.

Não podemos fazer cálculos em termos de despesa. Manter Eça vivo não é só responsabilidade de Baião. Todos devemos fazer por isso. Se assim não for, então porque é que foi feita uma exposição de Amadeo em Lisboa? A pensar como alguns estão agora a pensar, então tinha-se feito só em Amarante. Acreditamos que somos um povo de várias entidades, que partilham várias culturas. Não somos únicos. Somos um todo numa sociedade que é inevitavelmente global.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Relativamente a este ponto o senhor deputado fez uma seguinte intervenção que se encontra nos anexos desta acta.

DRA. MARIA JOSE CASTELO BRANCO – PSD

No uso da palavra, disse que presa o genuíno, devendo acima de tudo investir-se na própria casa. Deve investir-se na formação dos funcionários do museu para que no futuro possam ser dadas melhores informações a quem o visita, para não acontecer o mesmo que se passou aquando da exposição sobre Pascoaes.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que afinal já não há dois movimentos. Os independentes dão para tudo e alguns continuam a defender o orgulhosamente sós. Ele, enquanto Presidente da Câmara não quer isso porque é preciso aproveitar as sinergias dos outros municípios.

As Nut 3 vão permitir esta coesão regional. Qualquer projecto só será aprovado se for aprovado pela comunidade. O discurso da região é fácil de fazer, mas na prática cada um vai para seu lado. É por estas atitudes que a nossa região é das piores do país. Amarante deve ser aberta a todos e cada vez mais cosmopolita. Interessa criar massa crítica na região. Na região não estamos em condições de rejeitar absolutamente nada. Não tem vergonha nenhuma de ir mostrar a quem nos visita, por exemplo a igreja do Marco de Canavezes. Assim como lhe parece também que o Marco trará pessoas a visitar Amarante.

Este investimento não exclui nenhum outro. Se o espólio de Pascoaes for posto à disposição das pessoas como foi o da Casa de Tormes, Amarante é a primeira a estar lá representada. Do ponto de vista legal, esta entrada de Amarante para co-Fundador da Fundação é perfeitamente legal. Apenas estão a contribuir para a criação de um fundo de maneiio. É evidente que a Fundação vai "vender" Amarante, no que diz respeito à cultura e ao turismo. Ao pretender entrar para a Fundação, apenas está a defender a imagem de Amarante.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra começou por dizer que há nestes discursos dissonâncias. A votação na Câmara obteve um voto contra e 3 a favor. Neste momento verifica-se também uma dissonância no discurso, até porque já há opiniões diferentes das da votação. Amarante já gastou dinheiro com acções de menor interesse como seja, por exemplo, o apoio a um carro de rali. Amarante deve estar aberta a este tipo de projectos, e aplicar o dinheiro de todos nós em áreas que possam trazer prestígio e benefícios de que possamos todos usufruir, nomeadamente os alunos do concelho de Amarante. Não nos devemos fechar. Temos de estar abertos a uma comunidade a que já pertencemos. Como esta adesão trará vantagens votará favoravelmente.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que os documentos foram analisados objectivamente e em consciência, dentro de um quadro legal a que o município está obrigado. É evidente que o senhor Presidente vem fazer um discurso que aceita perfeitamente. É o seu discurso, é a sua forma de estar. Agora, dizer que os deputados são mesquinhos, porque não tomam as posições que ele quer não lhe parece correcto. O senhor Presidente está perfeitamente enganado. Os seus argumentos não colhem a simpatia do Movimento, nem os afecta quanto àquilo que são as responsabilidades autarquicas no seio da Assembleia Municipal.

Independentemente dos argumentos, o senhor Presidente terá de compreender que cada pessoa tem a sua cabeça para pensar, a sua própria maneira de estar e a sua forma de estar na defesa do interesse municipal.

Não sabe como é que o Vereadores que votaram a favor se fundamentaram. Não sabe sequer se eles tiveram tempo para analisar os documentos. Independentemente do discurso que tivesse havido não

seria a votação no Executivo que faria com que ele vergasse a sua posição a outro interesse qualquer. Na política querem-se pessoas autênticas e frontais, com o argumento da lei sendo isso substancial, porque todo o discurso que o senhor Presidente fez relacionado com a Comunidade Urbana deve ser feito no seio da Comunidade. As questões de integração regional, as questões de coesão regional são todas possíveis de serem aceites, mas não no quadro da Assembleia Municipal. Dez mil contos do erário público não são propriamente amendoins. Aquilo que se diz na Assembleia, diz-se no quadro da referenciação legal que a assembleia comporta. Aceita os discursos relacionados com a região, mas nós não somos a região. Quem prometeu e jurou fidelidade Comunidade Urbana dizendo que ia lutar por ela acima dos interesses de Amarante é que deve voltar o discurso para lá. Como não foi ele, apenas lhe interessam os seus princípios e será esta a sua responsabilidade.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra perguntou qual vai ser o futuro da região se posições deste tipo continuarem. Aconselhou o senhor deputado Dr. Emanuel Queirós a ler um estudo do Dr. Mateus

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que os 50.000 € que se vão investir apenas dão direito ao nosso Município a estar presente como co-Fundador. A administradora é vitalícia. A questão de os turistas virem cá dormir é surrealista. Lá também há onde dormir. A verba em causa não dá a Amarante qualquer capacidade de decisão e apenas serve para viabilizar a continuidade da administradora vitalícia, com um bom ordenado. Isto parece perigoso.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra disse que o que está em análise é uma proposta e um convite. Para se pronunciar sobre a proposta não precisa de ler o estudo do Dr. Mateus. Os problemas da região são também os problemas de Amarante e sabe-se já há bastante tempo que Amarante é efectivamente dos municípios mais atrasados na região. Agora, o desenvolvimento não pode ser feito à custa de subsídios a Fundações, porque se assim for aqueles que não tiverem acesso às Fundações nunca terão qualquer desenvolvimento. Não nos devemos vergar aos argumentos da demagogia, porque o que temos de analisar neste momento é um convite. Os argumentos apresentados não me convencem.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, disse que lhe custou ouvir discursos centrados á volta do valor do subsidio, quando lhe parece que o mais importante é o valor da obra e aquilo que ela poderá divulgar. Não há dinheiro que

pague a descrição que é feita da Casa de Tormes na obra de Eça "As cidade e as Serras". Não aceita que se centre o discurso no custo/benefício. O valor da obra e aquilo que mais nos poderá ser dado é incalculável.

PROF. CANDIDO COSTA – PS

No uso da palavra disse que a mesma pessoa que agora vem à tribuna dizer que este investimento não é bom, pediu há tempos atrás que fosse aprovado um patrocínio para editar um disco de alguém que ninguém conhecia, só porque aí era mencionada a palavra Amarantine.

DR. ARMINDO ABREU –PRESIDENTE DA CÂMARA

Usou de novo a palavra para dizer que o mais importante nesta adesão é o facto de haver mais um acesso à obra de Eça de Queirós. O acesso à Fundação quanto maior for, maior tornará a divulgação da obra de Eça. Mas o maior interesse é o factor turismo, porque é mais um ponto de visita para quem nos visita.

De seguida pediu ao Dr. Pedro que lhe dissesse quando é que ele foi desafiado a fazer acordos com municípios vizinhos e não os tenha aceite?

Disse também que não tinha dito que as pessoas eram mesquinhas. Mesquinhos são os argumentos que muitas vezes utilizam. Uma pessoa que tanta vezes usa argumentos mesquinhos, acaba também por se tornar mesquinha. Esse tipo de argumentos são próprios de pessoas de direita e extrema direita.

É importante que se diga que cada membro da Assembleia está ali para defender ideias próprias, mas isso não significa que ali estejam por mérito próprio. O Dr. Emanuel Queirós faz parte da Assembleia porque utilizou o nome do senhor Ferreira Torres. O Movimento com Ferreira Torres não tem este nome por acaso. Tem-no porque quem tem peso eleitoral é o senhor Ferreira Torres. Tem de haver um bocado de respeito por quem o auxiliou e lhe deu o lugar que tem hoje.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra disse que não admite ser insultado. Nunca o fez e como tal não admite que ninguém o faça. Não é mesquinho e nunca usou argumentos mesquinhos. O que perguntou ao senhor Presidente anteriormente foi quais os municípios que investiram em Amarante, e que nos tenham trazido algum benefício. Foi isso que perguntou. Disse também que já é a segunda vez que o senhor Presidente usa o argumento de que é uma certa direita e extrema direita que constantemente usa esses argumentos, quando a primeira vez que referiu isso, foi por ocasião da compra do edifício Cine-Teatro por 200.000. E usou esse termo quando lhe foi dito que nunca daria um fim digno àquele edifício.

Entretanto o Dr. Emanuel Queirós pediu a palavra usando a figura de defesa da honra, disse que não responderia ao senhor deputado professor Cândido Costa, porque não entra na ofensa política. Com tal não lhe responde.

Como não havia mais nenhum senhor deputado para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA : 15
ABSTENÇÕES : 3
VOTOS A FAVOR : 41

Este ponto foi também votado em minuta, para produzir efeitos imediatos por UNANIMIDADE.

A senhora deputada Dra. Eugénia Moura fez uma declaração de voto dizendo que votou contra porque não vislumbra qualquer interesse público na adesão a esta Fundação.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVAMENTE À PROPOSTA DE JOSÉ MOREIRA E IRMÃO SA PARA A VENDA DO SEU PRÉDIO RÚSTICO NA AVENIDA 1º DE MAIO, IMEDIATAMENTE A NORTE E A POENTE DAS OFICINAS MATIAS MAGALHÃES A SER PARCIALMENTE OCUPADO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO SALTO/NÓ DOS BOMBEIROS.

Usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, começou por dizer que não deixa de ser curioso que o ponto em apreço tenha sido votado favoravelmente pelo Vereador do Movimento AFT contrariando a posição do seu grupo na Assembleia Municipal na sessão de Fevereiro de 2007. Os Vereadores do PS abstiveram-se invocando que o município devia adquirir a totalidade do terreno, quando os seus camaradas rejeitaram essa proposta dizendo que apenas se devia comprar a parte necessária à obra pelo preço de 37,50€. Os Vereadores do PSD também se abstiveram. Como é que procederiam se fossem poder?

São evidentes as divergências existentes no seio dos partidos mais directamente envolvidos nesta questão. E o que dizer da abstenção do senhor Presidente da Câmara? Não tem opinião sobre este assunto? Será que atitudes deste tipo contribuirão para a credibilidade junto dos eleitores, tanto do partido do poder como daqueles que pretendem vir a sê-lo? Pensamos que não. Os eleitores querem dos seus representantes objectividade, clareza, coerência e a defesa do interesse público. O BE não vê razões de substância para alterar a posição que anteriormente tinha assumido.

Assim, só deve ser adquirida a parcela de terreno necessária à obra.

Não deve exceder-se o preço de 37,50€/m² que mesmo assim parece exagerado.

Caso contrário dever-se-á ir para um processo de expropriação tanto mais que um acórdão do Tribunal Constitucional veio alterar os critérios de expropriação.

Terminou a sua intervenção perguntando ao senhor Presidente da Câmara se já está paga a parcela de terreno ocupada pelas bombas de gasolina da Sopogim.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que a posição da bancada do PSD relativamente a este ponto e aos valores envolvidos continua a ser a mesma. Têm pena que a Câmara não compre a totalidade do terreno, tendo em vista um estudo para a área sobranete.

O preço de 37,50€ é um preço a que a Câmara está moralmente obrigada a aceitar, porque foi esse o valor acordado para o outro terreno onde se encontram as actuais bombas do Salto. Comprar o terreno a este preço tem vantagens, porque faz preço para todos aqueles terrenos que tão importantes são para se poderem criar infra-estruturas. Amarante vai ter de caminhar para algum lado. Comprar aquele terreno não lhe ofende a consciência e por isso vai votar favoravelmente a proposta da Câmara.

DR. ABEL COELHO –PS

No uso da palavra, começou por dizer que estava espantado pelo facto do PSD ir votar favoravelmente a compra dos 20.000 metros por 37,50m², porque votaram contra a compra dos 3000 metros pelo mesmo valor que consideravam na altura exagerado. Houve 12 votos contra porque se entendia que mesmo os 37,50€ era um exagero. Foi visível o consenso da Assembleia de que não haveria interesse na compra sobre todo o terreno. Era essa a sua convicção. Esta opção foi um dado adquirido.

O que é que mudou do ponto de vista político em 2 meses para que o PSD tenha tido esta mudança de atitude?

Não tem dúvidas nenhuma que a Câmara não consiga comprar os 3000 metros por 37.50€/m² como já não as tinha na altura. Se os proprietários pediram 37.50€/m² pela totalidade do terreno, naturalmente que não iriam aceitar o mesmo valor para apenas 3.000 metros. A proposta do PS apontava para esse valor base de negociação. Não se pode negociar à partida com uma postura de intransigência. Negociar, pressupõe cedências de parte a parte. Nesta questão do terreno e outros bens imóveis não acha legitimo a invocação de negócios anteriores. Primeiro porque as coisas valem se tiverem compradores. Em segundo lugar porque o valor das coisas oscila.

Com a introdução do acórdão do Tribunal Constitucional a Câmara está mais á vontade para não temer a expropriação. Neste momento não é uma prioridade a aquisição da totalidade do terreno. Por isso irão votar contra a proposta da Câmara Municipal.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

Começou por dizer ao Dr. Abel Coelho que ele está a faltar à verdade, porque a proposta vai no sentido de comprar o terreno todo.

Depois de muitas incongruências que se levantam à volta da proposta, fez uma proposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de que a Câmara retirasse o ponto para melhor discutir o assunto com o vendedor.

Foi isso que o PSD votou. O que votaram foi a retirada da proposta para que esta eventualmente baixasse à Câmara e a Câmara renegociasse com o vendedor, proposta essa que foi rejeitada e posteriormente. Foi posta de lado a proposta da Câmara e votada a do PS. Nada diz que o PSD ia votar contra a proposta da Câmara, mas a decisão do PSD era votar a proposta da Câmara. Aliás, foi o próprio PS que tirou o tapete ao senhor Presidente da Câmara quando este pretendeu negociar os valores. Votou-se uma proposta que na altura redigiu, com o sentido de retirar a proposta da Câmara. Depois votou contra a proposta do PS em que se propunha a compra de uma pequena parcela, o que quer dizer que estavam em desacordo porque entendiam que se devia comprar o terreno todo. Na Assembleia seguinte trouxe uma proposta/reclamação onde dizia que todos agiram incorrectamente, ao alterarem um proposta que não podia ser alterada. Esta é a verdade e o PSD não está a alterar a posição de voto. Os vereadores também não a alteraram. Abstiveram-se da primeira e da segunda vez. Enquanto membros da Assembleia, votaram a favor há dois meses e votam a favor agora até porque já há outros argumentos. Não estava em causa a compra de uma só parcela, porque os vendedores ou vendiam tudo ou não vendiam nada. Entenda-se que isto é que é a verdade. Na bancada do PSD, 12 votos, votaram contra a compra de uma só parcela de 3000 metros. Cada um deverá votar em consciência, mas parece-lhe que vai ser cometido um erro crasso porque se vai no futuro gastar muito dinheiro à edibilidade.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra disse que nesta altura a Câmara deve investir o dinheiro a comprar todo o terreno e não gastar quase o mesmo valor a adquirir só 3000 metros. É um mau negócio. Se não for adquirido agora o terreno se-lo-à daqui a 2 ou 3 anos. Amarante vai ter de crescer para qualquer lado e ali seria um bom lado para se criarem infra-estruturas. Se compararmos o valor que foi dado pelas instalações da antiga adega cooperativa há uns anos atrás, este é sem dúvida um negócio bem melhor. Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Dr. Norte Simões que os Vereadores do PSD não entram em contradições.

SR. ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que estava surpreendido por ter ouvido o senhor Presidente da Câmara dizer que os Partidos e os Movimentos estavam divididos, mas o que afinal se percebeu nesta Assembleia é que o PS está todo esfrangalhado. A preocupação do senhor Presidente foi tão grande em tentar esconder essa situação atacando os outros partidos que até se esqueceu de arrumar a sua própria casa.

Relativamente ao assunto em análise, disse que votaria favoravelmente a compra dos terrenos. O PS devia estar preocupado com outra situação, que é o abandono constante de Planos de Pormenor, onde são gastas verdadeiras fortunas, chegando-se a ouvir o senhor Presidente da Câmara dizer que determinado Plano de pormenor foi bem chumbado, esquecendo-se este que estamos a gastar dinheiros públicos. Pretende-se agora comprar só 3.000 metros, mas o senhor Presidente da Câmara esquece-se que há um Plano e Pormenor para aquela zona que obrigatoriamente o vai obrigar a comprar todos os terrenos daquela área. Isto é grave. Se calhar não querem fazer a obra e não querem desenvolver toda aquela área que tão importante é para Amarante. Aquela zona ali será o centro vital para Amarante. Parece-lhe que a retirada da proposta foi ilegal. A mesa não devia ter permitido que se tivesse retirado a proposta. Disse que iria votar favoravelmente a proposta a ser adiada. A compra do terreno é fundamental para o desenvolvimento de Amarante.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que se pode discordar, mas é com satisfação ver-se as pessoas a defender as suas próprias convicções, os seus próprios argumentos e pensar pela sua própria cabeça. Pela documentação que analisou chegou à conclusão que na Assembleia no dia 24/02/07, foi tomada uma decisão do seguinte teor “adquirir por negociação ou por expropriação apenas o prédio rústico onde se inclui a área necessária à execução das obras de remodelação do sistema viário do Salto/Nó dos Bombeiros”. A proposta tem uma outra parte que diz “que se aceite o preço de 37.50€ em processo de negociação”. Não vai dizer o que disse na altura. O que diz agora é que a Assembleia deliberou em 24/02/07, aquilo que acabou de ler. Os argumentos que foram esgrimidos com o contributo do Dr. Abel Coelho referindo o acordo do Tribunal Constitucional, a verdade é que se deliberou sobre este assunto. Afinal com que autoridade é que vamos agora alterar esta deliberação?

Compreende que a Câmara tenha deliberado rejeitar a proposta do vendedor para comprar os 3.200 metros a 250 €/m². Parece-lhe que não havia legitimidade para passar à deliberação seguinte que ponha de novo em discussão um assunto que já estava discutido. Por uma questão de princípio terá de dizer que esta Assembleia deve abster-se de se pronunciar sobre o assunto. É claro que o Dr. Pedro apresentou na última Assembleia uma proposta que conduzia à nulidade dessa deliberação. Mas tanto quanto se sabe essa nulidade ainda não foi declarada. Assim, tem como assente que a deliberação proferida em 24/02/07 é válida e tem de ser cumprida e respeitada. É evidente que quem esteve na reunião de líderes sabe muito bem em que circunstâncias é que este ponto foi agendado. Não havia documentação e apenas lhes foi dado um apontamento tirado na hora. Não se sabia qual a proposta concreta. Mais tarde constataram que afinal não havia nenhuma proposta do senhor Presidente da Câmara. Se o ponto foi mal agendado, não quer dizer que se deva continuar a cometer o mesmo erro, votando um

assunto que foi erradamente agendado. Não vislumbra razões para não se cumprir aquilo que foi deliberado.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, disse que não tem dúvida nenhuma que se criou a ideia de que não se devia comprar o terreno na totalidade. O Dr. Pedro Cunha manifestou a intenção, com a sua proposta, de impugnar a decisão da Assembleia Municipal. A Câmara prudentemente, para não estar a entrar num processo com base numa deliberação que depois viesse a ser anulada, reenviou o assunto de novo à Assembleia Municipal. Relativamente às palavras da Dra. Eugénia disse-lhe que ela não tem razão. A Assembleia deverá votar ou rejeitar a proposta. Tem é de fazer uma das coisas. Aliás, ficou claro que a Dra. Eugénia não concordava com a aquisição da totalidade do terreno e nem sequer concordava com os 37.50€ do preço base para a aquisição dos 3.000 metros. Temos de ter alguma coragem para sermos coerentes. Face ao acórdão do Tribunal, é que havia o risco de para os 3.000 metros o preço em processo de expropriação ir para preços muitos elevados. Adquirindo-se o terreno todo com base nesse pressuposto deixa de existir esse risco. Aliás havia quem defendesse que até os 3.000 metros deviam ser adquiridos por expropriação porque o que o Tribunal decidisse estava decidido. Foi este o entendimento que houve na Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Câmara pôs à Câmara a hipótese de se adquirir a totalidade ou parte do terreno. Se fosse a totalidade aceitava-se o preço de 37.50€ e apresentava-a à Assembleia. Se fosse a totalidade aceitava-se o preço de 37.50€. Conhecida a decisão do Tribunal Constitucional o PS fez uma proposta que em termos práticos rejeitava a proposta da Câmara. A Câmara está a agir com prudência ao submeter o assunto de novo à Assembleia.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que não sabe, nem tem conhecimento para avaliar se esta nova proposta é legal ou ilegal. Se tem a chancela do Presidente da Câmara ou não. Há contudo uma questão básica. Há dois meses estávamos a deliberar sobre uma proposta do Presidente da Câmara votada na reunião de Câmara com votos favoráveis do PS, do AFT e as abstenções do PSD para a compra da totalidade do terreno. Neste momento a proposta está de novo na Assembleia, com a assumpção muito clara de se ter cometido uma ilegalidade, decisão essa tomada há dois meses numa sessão da Assembleia. Já o assumiu o senhor Presidente da Câmara e por muito que lhe custe é essa a realidade. Sabia que o seu requerimento não ia obter resposta. De qualquer modo o grande problema do assunto é o seguinte: O que está em questão é uma proposta que veio da Câmara e pergunta-se: será que é legal estar a votar um assunto que já foi votado há dois meses, sem saber ainda se foi legal ou não fazê-lo. Se foi legal só há uma alternativa – ou se rejeita ou se aprova. A haver rejeição, deve ser bem fundamentada.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA - PSD

No uso da palavra, disse que a deliberação que foi tomada em Fevereiro é nula por violação da lei. Essa deliberação não produz qualquer efeito. A qualquer momento pode ser invocada essa nulidade e tudo que se tenha invocado com base na mesma é anulado. Ao trazer de novo a proposta repõe-se a legalidade. Podemos votar esta proposta apresentada pela Câmara ficando reposta a legalidade e assim escusamos de ter o processo em tribunal administrativo.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que quando houve um processo negocial para a aquisição do terreno foram discutidos vários preços. A partir de determinada altura estabeleceu-se como razoável 37,50€, para a venda da totalidade do terreno. Fez uma proposta à Câmara com o valor dos 37,50€, mas não sendo esta compra urgente, porque urgente é a compra de uma só parcela. Tentou com esta proposta que houvesse a máxima transparência nesta questão. Se toda a Câmara estivesse de acordo compraria a totalidade do terreno. Quando se discute a compra de um terreno, há sempre aqueles que estão a favor e que normalmente dizem que é barato e os outros, os que estão contra que usam o argumento que é caro. Pelo meio fazem-se insinuações de que não há seriedade na forma de negociar. Ao negociar terrenos, o senhor Presidente disse que tem sempre o cuidado de haver uma confiança absoluta, de modo que as coisas sejam feitas com lisura e uma boa abertura. Se assim não for, não aceita qualquer forma de negócio e muito menos admite insinuações.

Quando a proposta foi à Câmara, recebeu os votos favoráveis do PS, do Movimento AFT e a abstenção de um dos elementos do PSD. A proposta veio então à Assembleia. Entre a altura em que fez a proposta e a vinda da mesma à Assembleia teve conhecimento de uma decisão do Tribunal Constitucional a declarar a inconstitucionalidade de uma disposição do código das expropriações, disposição essa que permitia que se alterasse de não construção para construção desde que houvesse num raio de 300 metros construção e de acordo com a densidade de construção desses 300 metros. O Tribunal Constitucional debruçou-se sobre um caso igual acontecido em Famalicão. Uma determinada pessoa tinha um prédio que tinha classificado como reserva agrícola, fosse classificado para efeitos de expropriação como terreno de construção, uma vez que havia à volta, num raio de 300 metros construção. O Tribunal disse que não e o terreno ficou como reserva agrícola. Como ele teve conhecimento também o Partido o teve. Mesmo havendo divergências, não são elas que põem em causa a unidade do partido. Há matéria que vem nas propostas da Câmara que não pode ser alterada, incluindo a compra de terrenos, onde apenas se pode aceitar ou rejeitar.

A Assembleia não a rejeitou. Votou uma proposta alternativa à da Câmara. Ficou decidido que a proposta voltasse à Câmara. Pegou na decisão da assembleia e enviou-a para os vendedores, convidando-os a pronunciarem-se. Os vendedores fizeram uma outra proposta. Vendiam

todo o terreno a 37,50€ e apresentavam um preço que lhe parece exagerado para a parcela dos 3.000 metros, que foi rejeitada em absoluto por toda a Câmara. Entretanto também aconteceu uma outra situação que é relevante para esta negociação, que foi o facto de se ter ficado a saber que a família Matias Magalhães não venderá por negociação particular os 4.000 metros que também é preciso comprar e que são pertença dessa família.

Entretanto na reunião da Câmara o Movimento AFT votou a favor e o PSD manteve a mesma votação. Perante isso O PS também se absteve. Há liberdade para que a Assembleia discuta o assunto e decida se compra o terreno ou não. Se não comprarmos vamos para a expropriação junto com os terrenos das oficinas Matias Magalhães.

Há alterações objectivas, posteriores à primeira proposta. Se compararmos este preço/m², conclui-se que o actual preço para estes terrenos não é caro. Corremos até o risco de pagar mais por uma parcela mais pequena.

Quanto aos argumentos que foram utilizados para os valores apresentados para outros terrenos, não os podemos usar como válidos agora, porque há 10 anos atrás havia muito mais pressão para construir do que há hoje. Os terrenos vão continuar a baixar. Quando foi vendido o terreno á Sopogim, que não se portou bem, na altura, por economia de trabalho falou-se em talude e nessa altura nem sequer estava aprovado o PDM. Os terrenos valem o que o interessado pagar por eles. Mesmo sabendo que há dúvidas na bancada do PS, deve ser tomada uma decisão em consciência e livremente. Há alterações objectivas que lhe dão argumentos para defender uma posição contrária, mesmo que se diga que em tempos esteve para lá aprovada uma construção, que julga não ter estado, mas, se esteve, provavelmente já caducou.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que o senhor Presidente entrou em contradição. Nesta segunda votação da Câmara, em que o Presidente da Câmara já sabia da decisão do Tribunal Constitucional, já não havia dúvidas nenhuma. Na informação pode ler-se o seguinte:” pelos membros do PS foi ditado para a acta a seguinte declaração – Continuamos a entender que na defesa do interesse público de Amarante tal como o concebemos, o município deve adquirir a totalidade do terreno desde que haja acordo quanto ao preço e que se considere oportuna tal aquisição, porque a proposta de novo em discussão sobre a aquisição da totalidade do terreno foi causa da pela última deliberação da Assembleia Municipal que pode ser considerada inválida, entendemos que deve ser este órgão a pronunciar-se em definitivo sobre a sua aceitação ou rejeição”. O PS tem afinal uma posição na vereação que o levou a entender que a decisão de há duas assembleias atrás era claramente inválida.

Dr. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra disse que a explicação que o senhor Presidente da Câmara lhe deu serve. O que não lhe serve é que este tenha dito que foi ele quem levantou a hipótese de um clima de suspeição relativamente

ao processo de negociação protagonizado pelo Presidente da Câmara. Se alguém o disse ou pensou não foi ele de certeza.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 28
ABSTENÇÕES – 0
VOTOS A FAVOR – 22

A proposta foi aprovada em minuta por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum ponto a tratar na agenda de trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais de lavrou a presente acta, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

